

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista Izabela Hendrix – em Recuperação Judicial (IMIH), fundado em 05 de outubro de 1904 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano e para o desenvolvimento do Brasil;
- IV) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- V) Ministar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VI) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VII) Promover ações, como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo a responder às necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas do Brasil;
- VIII) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- IX) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMIH, de conformidade com a legislação vigente;
- X) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XI) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XII) Difundir a cultura física e desportiva.

Em 2023, tendo em vista as análises de viabilidade, perspectiva de número de alunos e considerando o equilíbrio financeiro, as atividades operacionais do campus Liberdade do Centro Universitário Izabela Hendrix foram encerradas.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social – PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, deferido sob concessão por três anos através da Portaria nº 120 de 12/03/2019. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre Serviço de qualquer natureza – ISSQN

O instituto goza de Imunidade Tributária, conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos – PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2005. O instituto utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos;

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 64.650.213 (R\$ 63.383.557 em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio social negativo de R\$ 66.938.632 (R\$ 83.188.778 negativo em 31 de dezembro de 2023). Tais resultados são decorrentes de uma conjunção de fatores ocorridos nos últimos anos que afetaram o Instituto, como as incertezas macroeconômicas, diminuição de financiamentos do FIES e aumento na

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

inadimplência dos mesmos, e redução no número de matrículas, agravados substancialmente pela pandemia COVID-19.

Como forma de preservar as operações e as relevantes atividades sociais exercidas, focados no bem-estar dos alunos, funcionários e comunidade local, e de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, em 29/04/2021 foi promovido o pedido principal de recuperação judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial é fundamentado na reorganização operacional e financeira, e para o reperfilamento do endividamento, bem como a adoção de diversas medidas operacionais.

Em 03/12/2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial votado pelos credores em 22/11/2022, com consequente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista. Os desdobramentos decorrentes estão descritos na nota explicativa nº 27 – Recuperação Judicial.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 R1 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 17).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023, que em seu artigo 22, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 19 da Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021.

(iii) Receitas antecipadas (matrículas)

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários), Imposto de Renda retido dos funcionários do Instituto e retenções de terceiros sobre serviços.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e de perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.11. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Banco	30.072	61.886
Caixa	61.886	19.626
Total	91.958	81.512

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

4. Mensalidades a receber

Descrição	2024	2023
Fies	5.981.830	6.222.599
Cheques em cobrança	909.924	880.370
Confissão de dívida	845.191	837.821
Mensalidades a receber	699.086	1.776.515
Bolsa restituível	294.638	294.638
Confissão de dívida em cheques	7.696	37.249
Ideal Invest	1.296	-
Quero Pago	504	9.391
Fies cooparticipação a apropriar	(121.336)	(250.867)
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.875.044)	(2.947.726)
Total Circulante	6.743.785	6.859.990

Descrição	2024	2023
Quero Pago	154.875	155.566
Total não Circulante	154.875	155.566

(a) O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2024	2023
Cheques e cobrança judicial	(880.370)	(880.370)
Confissão de Dívidas	(295.817)	(293.237)
Mensalidades a receber	(698.857)	(1.774.119)
Total	(1.875.044)	(2.947.726)

A estimativa de perda foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

5. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Outras contas a Receber (a)	-	40.000.000
Adiantamento a fornecedor	381.357	453.404
Aluguéis a receber	200.000	200.586
Adiantamento a funcionários	28.796	8.781
Adiantamento para viagem	3.113	3.011
Total	613.266	40.665.782

(a) Valor a receber da arrematação do imóvel matrícula nº 92.957, comarca de Belo Horizonte/MG, ocorrido em 15/12/2023. A operação denominada 'UPI Liberdade', está prevista na cláusula 3.7.7 do PRJ aprovado pelos credores

6. Depósitos judiciais

Descrição	2024	2023
INSS - 2001.38.00.042370-5 (a)	3.681.703	3.681.703
Outros Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais	6.418.768	5.881.814
Total	10.100.471	9.563.517

(a) Referem-se aos depósitos efetuados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em garantia do processo em andamento de nº 2001.38.00.0423370-5, em que se discute débito fiscal previdenciário apurado pelas autoridades previdenciárias e outros depósitos e bloqueios judiciais;

7. Compromissos a receber

Descrição	2024	2023
Compromissos a Receber	95.910.182	44.717.400

Os saldos são relativos às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2024			2023
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	13.047.991	-	13.047.991	13.047.991
Edifícios e construções	4%	9.505.765	(2.203.286)	7.302.480	7.470.160
Benfeitorias em bens de terceiros	20%	1.510.852	(1.510.852)	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.152.615	(2.148.105)	4.510	122.187
Equipamentos de comunicação	10%	19.628	(18.600)	1.029	1.513
Equipamentos de ensino	10%	1.676.517	(1.676.517)	0	393
Equipamentos de informática	20%	2.328.413	(2.328.413)	0	24.166
Bibliotecas	10%	2.565.478	(2.505.857)	59.621	97.922
Laboratórios	10%	475.197	(467.113)	8.084	10.086
Máquinas e equipamentos	10%	1.248.761	(1.233.310)	15.452	19.114
Veículos	20%	108.371	(108.371)	-	-
Instrumentos musicais	10%	10.638	(10.638)	-	-
Total		34.650.225	(14.211.060)	20.439.166	20.793.532

b. Movimentação do custo

Descrição	2023	2024			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	13.047.991	-	-	-	13.047.991
Edifícios e construções	9.505.765	-	-	-	9.505.765
Benfeitorias em bens de terceiros	1.510.852	-	-	-	1.510.852
Móveis e utensílios	2.370.615	-	(218.000)	-	2.152.615
Equipamentos de comunicação	19.628	-	-	-	19.628
Equipamentos de ensino	1.676.517	-	-	-	1.676.517
Equipamentos de informática	2.328.413	-	-	-	2.328.413
Bibliotecas	2.565.478	-	-	-	2.565.478
Laboratórios	475.197	-	-	-	475.197
Máquinas e equipamentos	1.248.761	-	-	-	1.248.761
Veículos	108.371	-	-	-	108.371
Instrumentos musicais	10.638	-	-	-	10.638
Total	34.868.225	-	(218.000)	-	34.650.225

9. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2024			2023
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	1.285.351	(1.192.928)	92.423	115.529
		1.285.351	(1.192.928)	92.423	115.529

Descrição	2023	2024			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Softwares	1.285.351	-	-	-	1.285.351
	1.285.351	-	-	-	1.285.351

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

10. Fornecedores

Descrição	2024	2023
Fornecedores	7.057.133	7.136.756
Total	7.057.133	7.136.756

Os saldos referem-se às obrigações com diversos fornecedores que auxiliam o instituto no desenvolvimento de suas atividades.

11. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2024	2023
Acordo trabalhista	7.187.508	7.182.863
FGTS a recolher	5.748.197	8.426.766
Salários e Ordenados	3.192.896	3.253.157
13º Salário	1.518.428	1.561.346
Mensalidades sindical a recolher	1.228.476	1.089.317
INSS a recolher (a)	984.925	4.823.185
Rescisões e homologações	658.997	1.695.678
Contribuição Assistencial	535.354	481.229
Férias	396.135	396.135
Provisão de férias	190.492	188.153
Serviços Avulsos s/ vínculo	40.856	40.856
PIS a recolher (a)	35.410	1.692.499
Estagiários	31.997	31.997
Contribuição sindical a recolher	23.027	21.020
Pensão alimentícia	22.449	22.449
Consignações Financeiras de empregados	15.487	15.487
Provisão de FGTS férias	15.239	15.052
Mensalidade Associativa	588	539
Provisão 13º salário	-	320
Provisão FGTS 13º salário	-	26
Total	21.826.461	30.938.076

(a) Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, reduzindo o saldo devedor do INSS e PIS a recolher.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2024	2023
IRRF a recolher s/ salários	121.250	25.262.551
INSS a recolher s/ serviços	355.198	363.829
ISS s/ serviços	64.181	63.958
IRRF a recolher s/ serviços	31.137	29.533
Pis / Cofins / CS s/ Serviços	12.624	206.533
Total	584.390	25.926.404

Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, reduzindo o saldo devedor dos débitos Federais.

13. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido a partir de 2016.

As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

Descrição	2024			2023		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas CP	38.545.909	(10.100.471)	28.445.437	38.397.145	(9.563.517)	28.833.628
Tributárias CP	423.828	-	423.828	6.553	-	6.553
Cíveis CP	1.848.154	-	1.848.154	2.388.102	-	2.388.102
Total CP	40.817.891	(10.100.471)	30.717.420	40.791.800	(9.563.517)	31.228.283
Trabalhistas LP	2.480.527	-	2.480.527	2.174.298	-	2.174.298
Tributárias LP	-	-	-	-	-	-
Cíveis LP	-	-	-	-	-	-
Total LP	2.480.527	-	2.480.527	2.174.298	-	2.174.298
Total	43.298.418	(10.100.471)	33.197.947	42.966.099	(9.563.517)	33.402.581

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.402.581
Movimentação líquida	(204.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.197.947

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2024	2023
Perdas possíveis	1.766.610	13.792.646

14. Parcelamentos

Descrição	2024	2023	2024	2023
Parcelamento Municipal (a)	49.891	18.716	47.379	40.310
Parcelamento INSS (b)	-	98.072	-	274.602
Parcelamento FGTS (c)	112.372	610.051	10.731.589	12.320.065
Parcelamento Transação Fiscal Individual - DD (d)	286.772	-	15.006.175	-
Parcelamento Transação Fiscal Individual - DP (d)	82.005	-	2.438.798	-
Outros Parcelamentos (e)	25.265	-	79.403	-
	<u>556.305</u>	<u>726.839</u>	<u>28.303.344</u>	<u>12.634.977</u>

- (a) Em maio de 2022 foram feitos dois parcelamentos municipais referente a um Auto de Infração (Procon) em 60 prestações;
- (b) Em julho de 2023 foi feito o Parcelamento INSS do débito 159012350 em 60 parcelas. Em jan/2024 o parcelamento foi rescindido e incluído no novo Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF;
- (c) Em dezembro de 2023 foi feito a adesão do Parcelamento FGTS em 145 parcelas;
- (d) Em janeiro de 2024, a Instituição aderiu ao Parcelamento Transação Fiscal Individual - TFF, sendo os Demais Débitos - DD parcelado em 145 meses e os Débitos Previdenciários em 60 meses, detalhado na Nota Explicativa nº 27 – Recuperação Judicial;
- (e) Em setembro de 2024 foi feito Outros Parcelamentos, referente a custas processuais CDA 80 6 24 068380-31 em 60 parcelas.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

15. Compromissos a pagar

Descrição	2024	2023
Compromissos a pagar	98.523.012	80.626.001

Os saldos são relativos às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, realização da reavaliação patrimonial dos bens do Instituto, assim como por resultados acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta de vendas	235.198	1.074.407
Receita de ensino	-	17.700
Receita administrativa e outras	235.198	1.056.707
Deduções da receita	-	(92.556)
Bolsas gratuidade	-	-
Outras Bolsas	-	-
Descontos concedidos	-	(92.556)
Receita líquida	235.198	981.851

A partir de 2023 o Instituto descontinuou as atividades operacionais o que gerou a redução da Receita de Ensino. A Receita Administrativa refere-se à aluguéis recebidos.

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	2024	2023
Salários	(208.221)	(33.516)
Encargos e Benefícios	(74.456)	(2.043)
Gerais e administrativos	-	(10)
Outros custos operacionais	(2.232)	(22.958)
Total	(284.909)	(58.527)

Em 2023 houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 17.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

19. Despesas com pessoal

Descrição	2024	2023
Salários	(470.770)	(2.449.740)
Encargos e benefícios	(300.322)	(1.864.408)
Serviços de Terceiros e Estagiários	-	(6.600)
Total	(771.092)	(4.320.748)

20. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Impostos e Taxas	(105.012)	(18.298)
Energia Elétrica	(60.512)	(153.862)
Manutenção e Conservação	(51.858)	(308.795)
Outras despesas	(26.886)	(31.619)
Água	(15.507)	(75.186)
Material de Uso e Consumo	(11.780)	(24.556)
Telecomunicações	(5.981)	(15.055)
Propaganda e Publicidade	(3)	506
Total	(277.539)	(627.877)

21. Outras despesas

Descrição	2024	2023
Outras despesas operacionais	(80.982)	(156.248)
Licença e manutenção do uso de softworks	(34.309)	(132.328)
Transportes em geral	(26.900)	(8.084)
Serviços de terceiros	(13.257)	(24.693)
Consultorias	(8.944)	(9.211)
Alugueis	(1.757)	(35.204)
Lanches e Refeições	-	(11.948)
Perdas Alienação Ativo Permanente (a)	-	(55.838.826)
Total	(166.149)	(56.216.542)

(a) Em 15/12/2023, ocorreu a arrematação do imóvel matrícula nº 92.957, comarca de Belo Horizonte/MG. A operação denominada 'UPI Liberdade', está prevista na cláusula 3.7.7 do PRJ aprovado pelos credores. O valor de Perdas nas alienações do ativo permanente é decorrente desta operação.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

22. Despesas financeiras

Descrição	2024	2023
Juros e multas passivos - Mútuos	(11.032.137)	(8.718.517)
Despesas com Encargos de Parcelamentos	(2.370.601)	(1.359.100)
Juros e multas passivos	(1.680.417)	(6.593.808)
Multas	(420.631)	-
Descontos concedidos	(53.329)	-
Despesas Bancárias	(5.482)	(23.515)
Comissão Permanência	(1.416)	(3.191)
IOF	(1)	(1)
Variações Monetárias	632	1.698
Total	(15.563.382)	(16.696.434)

23. Receitas financeiras

Descrição	2024	2023
Descontos Obtidos (a)	18.741.074	15.148
Juros e Multa Ativos	11.177.102	956.615
Juros Ativos e Multa	2.934.577	3.763
Total	32.852.753	975.526

(a) Refere-se ao desconto obtido sobre o Parcelamento Transação Fiscal Individual – TFF, cuja adesão ocorreu em janeiro de 2024.

24. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

25. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

27. Recuperação Judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Em 14/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial, e em 10/05/2021 foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial, que em 28/07/2021 apresentou parecer ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Em 05/11/2021 ao Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Em 07/12/2021 ocorreu a sessão da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça para apreciação dos recursos interpostos, com relação a do efeito suspensivo, porém houve

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

pedido vistas ao processo, postergando a decisão do pedido de sustação, o qual o julgamento do Agravo Interno na Tutela Provisória nº 3.654/RS foi retomado em sessão de 15/03/2022, ocasião em que, por maioria, deu-se parcial provimento ao Agravo Interno, restabelecendo o efeito suspensivo e, conseqüentemente, retomando o processo de recuperação judicial com ressalvas em relação às travas bancárias. O acórdão do Agravo Interno foi publicado em 08/04/2022.

Em 18/04/2022, foi deferido, pelo 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, autorização para a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável referente ao imóvel de matrícula 2.549, na Comarca de Itapeva. Em 25/04/2022 foi autorizada a escrituração do contrato de compra e venda firmado entre as Recuperandas, AL Incorporação LTDA. e KA Empreendimentos LTDA, por se tratar de negócio anterior e não de venda judicial, relativo aos imóveis de matrículas nºs 82.903, 82.094 e 82.095 da Comarca de Passo Fundo.

Em 19/05/2022, o 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS homologou a arrematação realizada, por intermédio de leilão eletrônico, do imóvel de matrículas nº 82.858 e 83.904, no Centro da Comarca de Passo Fundo-RS, e determinou a expedição de carta de arrematação, o que permitiu o ingresso em caixa, em 23/05/2022, para pagamento imediato e já efetuado de despesas extraconcursais que estavam em aberto e devida prestação de contas nos autos do processo.

Em 26/05/2022, foi negado provimento, por unanimidade de votos, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco, autuado sob o nº 5226005-48.2021.8.21.7000, que impugnava a prorrogação da extensão do stay period à Igreja Metodista no Brasil e autorizava a antecipada alienação de bens imóveis.

Em 06/09/2022 foi autorizado pelo Juízo a lavratura da escritura pública procedente da desapropriação amigável do imóvel de matrícula nº 11.436, Comarca de Belo Horizonte/MG, conforme Decreto Municipal nº 17.834 de 30/12/2021, oriundo do Município de Belo Horizonte/MG.

Em 27/09/2022 ocorreu a alienação dos imóveis de matrícula nº 36.918 e 13.046, ambos do Registro de Imóveis da Comarca de Lins/SP, cuja homologação se deu em 30/09/2022. O recurso deste imóvel é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 06/12/2022 foram arrematados os imóveis de matrícula nº 2.540, 2.692 e 1.181, Comarca de Santa Bárbara D'Oeste. A arrematação foi homologada em 13/12/2022, e o valor de entrada deste imóvel é destinado ao pagamento de credor extraconcursal detentor de alienação fiduciária do imóvel, conforme aprovação da Assembleia Geral de Credores, ocorrida em 07/10/2022. O saldo remanescente da entrada será destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 06/06/2023, ocorreram as vendas de lotes de imóveis de matrículas nº 2.999, 25.615, 31.095, 33.247, 36.915/36.916, 50.038, 74.466 e 94.705, sendo o imóvel de matrícula nº 50.038, comarca de Birigui/SP, destinado a Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Nacional, e os demais para ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 16/08/2023 foram arrematados em leilão online os imóveis de matrícula 15.486, comarca de Altamira/PA e 103.615/103.616, comarca de São Bernardo do Campo/SP, ambos foram destinados ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 22/11/2023 ocorreu o leilão do imóvel de matrículas 95.283 e 95.284, Terreno da Barra, comarca do Rio de Janeiro, com destinação de recurso para o pagamento do PRJ.

Em 23/05/2024 foram arrematados os imóveis de matrícula nº 5.728, transcrição nº 14.168 e parte da averbação 19 da transcrição nº 14.184, comarca de Juiz de Fora/MG, assim como a atividade operacional de Educação Básica do Instituto Metodista Granbery, a qual ficará sob gestão do Grupo Metodista até 31/12/2024. O recurso da operação é destinado ao fluxo operacional das instituições e ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 27/05/2024 foi leiloado o imóvel de matrícula nº 27.084, comarca de Lins/SP. A venda é destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 01/08/2024 ocorreu a arrematação do imóvel nº 131.151, comarca de Piracicaba/SP, destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 19/08/2024 foram leiloados os imóveis de matrícula nº 44.491 e 67.579, comarca de Piracicaba/SP, matrícula nº 10.725, comarca de Araçatuba/SP e matrícula nº 12.960, comarca de Campos do Jordão/SP, destinados ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores. Nesta mesma data ocorreu a arrematação da manutenção do Centro Universitário Izabela Hendrix, cujo recurso é destinado ao fluxo operacional das instituições.

Em 04/11/2024 ocorreu a arrematação dos imóveis de matrícula nº 74.416, comarca de Porto Alegre/RS, matrícula 24.095/24.094/40.995, comarca de Uruguaiana/RS, assim como a venda da manutenção dos colégios Americano e União. O recurso da operação é destinado ao fluxo operacional das instituições e ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em 22/11/2024 foi leiloado o imóvel de matrícula nº 14.184 - Av-15, comarca de Juiz de Fora/MG, com destinação de recurso para o pagamento do PRJ.

Em 09/12/2024 foi arrematado o imóvel de matrícula nº 13.410/14.105/56.644, comarca de São Bernardo do Campo/SP, cuja operação é destinada ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores, e Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Todos os encaminhamentos estão disponíveis no site do administrador judicial (<https://www.administradorjudicial.adv.br/home>).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Assembleia Geral de Credores

Em 11/05/2022 o Superior Tribunal de Justiça decide a razão de petição apresentada pelas recuperandas, que o acórdão da Tutela Provisória nº 3.654/RS já foi publicado e é o quanto basta para seu cumprimento, de modo a garantir os direitos dos requerentes diante do reconhecimento de sua legitimidade ativa para pleitear a recuperação judicial.

Diante da decisão em 13/05/2022 foi publicado o edital de convocação da assembleia geral de credores para o dia 10/08/2022, porém a solenidade não foi instalada em 1ª convocação por insuficiência do quórum mínimo (exigência contida no art. 37, § 2º, da Lei nº 11.101/2005). A assembleia foi instalada em 2ª convocação, no dia 24/08/2022, onde foram apresentadas modificações à última versão apresentada do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), as quais foram aprovadas pela maioria dos créditos presentes, para suspensão da solenidade. Retomada a sessão no dia 07/10/2022, a assembleia de credores concordou com nova suspensão da solenidade para o dia 22/11/2022, bem assim como em alienação de bens imóveis.

Retomados os trabalhos no dia 22/11/2022, foi apresentada última versão do plano de recuperação judicial com atualizações, o qual foi votado e sua aprovação foi arretada em razão de voto desfavorável do Banco do Brasil S/A, credor detentor de aproximadamente 74% dos créditos presentes na classe quirografária.

Mediante a questão levantada de abusividade do voto da instituição financeira, a Administração Judicial submeteu a ata da assembleia ao Juízo da recuperação judicial solicitando a intimação das instituições e do Banco do Brasil S/A. Em sua decisão, o Juízo discorreu sobre a relevância do processo de recuperação judicial e a necessidade de aplicar um modelo estrutural de resolução ao litígio coletivo, que contempla múltiplos devedores e múltiplas obrigações. Quanto ao voto contrário ao PRJ pelo Banco do Brasil S/A, afirmou que houve violação do dever de boa-fé, resultando em conduta economicamente irracional sem explicação razoável, pelo que declarou a abusividade do voto - o que viabilizou, assim, a aprovação do PRJ pelos demais credores na forma do art. 45 da Lei nº 11.101/2005. O plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo em 03/12/2022, com consequente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista.

Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) visa preservar as operações e as atividades das Recuperandas, de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, permitindo-se a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, e promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Avaliação de Ativos e Utilização de Ativos Imobiliários

O plano aprovado na Assembleia Geral de Credores em 22/11/2022 tem como base sólida a venda de ativos imobiliários, onde as Recuperandas e a Associação da Igreja Metodista (AIM) poderão alienar ativos imobiliários em forma de unidades produtivas isoladas (UPI's

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

imobiliárias). As alienações dos ativos respeitarão o artigo 60 da Lei 11.101/05, com as alterações havidas pela lei nº 14.112 de 2020.

Preferencialmente, os ativos imobiliários que serão objeto de venda na forma de UPI's serão aqueles nos quais não são, atualmente, desempenhadas as atividades das Recuperandas, e fazer frente a:

- (i) Compromissos estabelecidos junto aos credores concursais no âmbito do PRJ;
- (ii) Obrigações tributárias parceladas junto ao poder público a fim de sanear o passivo fiscal existente;
- (iii) Custos associados ao seu processo de Recuperação Judicial e sua implementação.
- (iv) Manutenção das atividades das Recuperandas ao longo do período de implantação do Plano de Recuperação aqui exposto, onde haverá necessidade de caixa na sua fase inicial;
- (v) Complementarmente poderão ser definidas UPI's operacionais, caso seja necessário para cumprimento da forma de pagamento do presente plano de recuperação. Caso sejam criadas tais UPI's operacionais, parciais ou total, seguirão os processos de venda previstos em lei, além de notificação para as devidas aprovações junto ao Ministério da Educação e Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE).

No plano já foram formadas as UPI's Liberdade, Taquaral, e IPA, e poderão ainda formar, no curso do seu cumprimento, UPIs sobre ativos imobiliários e preferencialmente não operacionais, hipotecados em favor de Credores Hipotecários Colaboradores e Credores Hipotecários Colaboradores Aderentes, sendo certo que a venda de tal UPI somente poderá ser realizada mediante a expressa adesão e autorização do respectivo credor.

Em 26/09/2022 em leilão online foi arrematado o imóvel de matrícula nº 96.437, Comarca de Passo Fundo/RS, e a operação do Instituto Educacional de Passo Fundo, o qual foi homologado pelo Juízo em 27/09/2022. A operação denominada 'UPI IE' é fundamentada pela cláusula 2.5 do plano aprovado e homologado. O recurso desta operação é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em leilão online em 07/03/2023, o qual foi arrematado o imóvel de matrícula nº 74.416, Comarca de Porto Alegre/RS. Tal operação denominada 'UPI IPA', prevista na cláusula 3.7.8 do PRJ aprovado pelos credores, estabelece empreendimento imobiliário e o pagamento do credor hipotecário do imóvel. A arrematação foi homologada pelo Juízo em 09/03/2023, e o pagamento ao credor hipotecário aderente ocorreu em 20/04/2023, dando quitação do crédito da Classe II deste hipotecário aderente.

Em 15/12/2023, ocorreu a arrematação do imóvel matrícula nº 92.957, comarca de Belo Horizonte/MG. A operação denominada 'UPI Liberdade', prevista na cláusula 3.7.7 do PRJ aprovado pelos credores, estabelece empreendimento imobiliário e o pagamento do credor hipotecário do imóvel, cujo pagamento ocorreu em 28/12/2023, dando quitação do crédito da Classe II deste hipotecário aderente.

Reestruturação Societária

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

As Recuperandas podem executar uma reorganização societária com o objetivo de converter parte ou todas as Recuperandas em sociedades empresárias ou transferir parte ou a totalidade das suas atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias, caso julguem necessário e desde que tenham capacidade econômica para fazer frente aos custos da referida conversão, incluindo, mas não se limitando às obrigações fiscais inerentes a esta nova estrutura societária. Tal conversão ou transferência poderá ocorrer, portanto, quando houver geração de caixa disponível para fazer frente a tais compromissos ou se houver a necessidade de conversão ou transferência das atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias para fins de captação de recursos e geração de receitas. Ainda, as Recuperandas podem executar uma reorganização societária envolvendo as entidades do próprio grupo, mantendo-se como associações ou adotando outras formas jurídicas sem fins lucrativos visando a organização da governança corporativa, atividades e ativos relacionados ao grupo educacional de forma mais eficiente e produtivo.

Financiamento às Recuperandas

A fim de dar continuidade as atividades das Recuperandas e auxiliar o soerguimento do Grupo, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) prevê o uso de linha(s) de financiamento(s) no curso da Recuperação Judicial. Tal modalidade está prevista de acordo com os termos dos artigos 67, 69-A, 69-B e 84 I-B da Lei de Recuperação Judicial, conhecida no mercado como DIP (Debtor in Possession), tudo com o propósito de conferir maior segurança e estímulos àqueles que pretenderem participar do processo de soerguimento.

Em 14/12/2022 foi aprovado pelo Juízo a contratação de financiamento DIP, em nome do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), conforme prevê o plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, em sua cláusula 2.9. O recurso aportado em 2022 foi quitado em 23/08/2023.

Em 24/05/2023, o Juízo Recuperacional apreciou o pedido formulado pelas recuperandas e autorizou a celebração de DIP em nome do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), para o cumprimento de obrigações correntes. Os aportes ocorreram em 28/06/2023, 23/08/2023 e 05/09/2023.

Em 09/11/2023, foi autorizado pelo Juízo novo financiamento DIP em nome do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), para corroborar ao processo de soerguimento. O aporte ocorreu em 28/12/2023.

Em 29/07/2024 ocorreu a arrematação do imóvel de matrícula nº 238.740, Comarca do Rio de Janeiro/RJ. O imóvel figura como garantia constituída nas operações de financiamento DIP, e desta forma o recurso foi destinado para quitação integral do DIP celebrado em 24/05/2023, e parcial do DIP aportado em 09/11/2023.

Pagamento dos Credores

As formas de pagamento aprovadas levaram em consideração:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

- (i) a capacidade de pagamento das recuperandas ao longo do tempo, além da disponibilização de imóveis não operacionais, bem como de eventuais unidades operacionais definidas pelas recuperandas. Além disso, estão sendo disponibilizados partes ociosas de imóveis operacionais. O uso do patrimônio possível e disponível das recuperandas e da AIM oferece solidez ao Plano de Recuperação e consequentemente ao pagamento dos credores;
- (ii) preservação dos créditos de menor valor;
- (iii) manutenção das atividades de ensino, e por consequência, garantia dos postos de trabalho.

Credores Classe I

No âmbito do artigo 54 Parágrafo único da lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, os créditos trabalhistas cuja natureza seja estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, em até 30 (trinta) dias da data da homologação do PRJ.

Com os recursos iniciais da alienação dos imóveis destinados a Classe I será feito um pagamento inicial a todos os credores trabalhistas no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), limitados ao valor dos créditos listados de cada credor. Dessa forma pretende-se alcançar de forma mais célere o interesse dos credores mais vulneráveis.

Os credores trabalhistas que não forem integralmente atendidos nos pagamentos iniciais mencionado acima, o montante remanescente, sem incidência de deságio, será pago em até 12 (doze) meses contados a partir da data de homologação do PRJ. Caso a totalidade dos créditos novados não tenham sido honrados até o décimo segundo mês contado após a homologação do plano, a RME poderá estender o prazo por 24 (vinte e quatro) meses adicionais, para que o saldo remanescente dos créditos trabalhistas seja quitado em espécie, na integralidade desse saldo remanescente do crédito novado, com as devidas correções monetárias previstas.

Os pagamentos realizados aos credores Classe I serão corrigidos pela taxa de 3% ao ano pelo período entre a data de deferimento do pedido de recuperação judicial e a data de homologação do PRJ; e pelo índice IPCA/FGV pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento dos créditos.

Mediante a homologação do PRJ em 03/12/2022, iniciou-se em 20/12/2022 o pagamento dos créditos trabalhistas com natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, conforme prevê a cláusula 3.2 do plano. Até 31/12/2024 foram pagos 3.079 credores, no total de R\$ 6.942.384,36.

Os pagamentos permanecem sendo efetivados e até março/2025 foram pagos 3.088 credores, no total de R\$ 6.961.791,52, correspondente a 92% dos credores que tem direito ao recebimento deste crédito, não tendo sido realizado o pagamento apenas aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do Plano de Recuperação Judicial.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Em 08/09/2023, iniciou-se o pagamento parcial e antecipado dos credores que detinham direito da parcela no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), limitados ao valor dos créditos listados, a qual pelo PRJ aprovado o vencimento seria dezembro/2023.

Em 13/12/2023 deu-se início ao pagamento do restante da parcela, dando assim, fiel cumprimento ao PRJ. Até 31/12/2024 foram pagos 5.232 credores no montante R\$ 43.562.419,00. Os pagamentos permanecem sendo efetivados e até março/2025 foram pagos 5.315 credores no total de R\$ 44.268.112,21, corresponde a 61,1% dos credores que tem direito ao recebimento deste crédito. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ, aos que possuem crédito ilíquido para pagamento, conforme cláusula 4.1 do PRJ, e os que aguardam o decurso do prazo de vencimento conforme decisão do Juízo da Vara de Falência e Recuperação Judicial de Porto Alegre, onde considera-se vencido o crédito após a fluência de 12 meses, prorrogável por mais 24 meses após a sentença do incidente de habilitação que reconhece o crédito ou da publicação do relatório de análises.

Em 21/12/2023 iniciou-se o pagamento de FGTS dos credores inativos, conforme cláusula 3.2.3 do PRJ. Até 31/12/2024 foram pagos 3.669 credores no montante de R\$ 56.357.607,32, e até março/2025 foram pagos 3.767 credores no total de R\$ 56.858.951,23.

Credores Classe II

Os Credores com Garantia Real sofrerão deságio de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade de seus créditos e receberão o valor remanescente em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 20/04/2023 e 28/12/2023 houve a quitação dos credores hipotecários aderentes, vinculados a 'UPI IPA' e 'UPI Liberdade'.

Credores Classe III

Todos os Credores Quirografários receberão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Os credores quirografários que não forem integralmente atendidos no pagamento inicial mencionado acima receberão o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), limitados ao valor de seu crédito, em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ. Havendo saldo remanescente superior a R\$ 100.000,00 (cem mil) reais, tais créditos sofrerão deságio de 30% (trinta por cento), limitados ao valor do crédito e pagos em até 120 (cento e vinte) meses contados da data da homologação do PRJ.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Os pagamentos realizados aos credores quirografários serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 21/12/2023, iniciou-se o pagamento dos credores Classe III no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito. Até 31/12/2024 foram pagos 39 credores no montante de R\$ 293.040,99, e até março/2025 foram pagos 61 credores no total de R\$ 457.537,37. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Credores Classe IV

Todos os credores ME e EPP receberão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor do crédito de cada credor, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Havendo saldo remanescente a ser pago, tais créditos acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sofrerão deságio de 50%, o montante remanescente após o deságio será pago em até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de homologação do PRJ.

Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Em 21/12/2023, iniciou-se o pagamento dos credores Classe IV no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), limitado ao valor de seu crédito. Até 31/12/2024 foram pagos 6 credores no montante de R\$ 43.851,70, e até março/2025 foram pagos 14 credores no total de R\$ 87.736,37. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Transação Fiscal

A Transação Fiscal junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Receita Federal do Brasil – RFB, e entes estaduais e municipais visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos. O equacionamento das dívidas tributárias está previsto na cláusula 3.6 do PRJ.

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise.

Entre dezembro/2021 e abril/2022 foram tratados junto a Procuradoria da Fazenda Nacional as alternativas para parcelamento do FGTS, que precisavam ser obtidas diretamente pelos procuradores junto à Caixa Econômica Federal. Ao final de abril/2022, foram enviados os extratos com a possibilidade de parcelamento, e, na sequência, formalizada a transação do FGTS em relação às instituições que possuem débitos inferiores a R\$1 milhão.

Foi ajustado com a Procuradoria que novo pedido de transação, considerando agora em nossos cálculos os números do FGTS, seria apresentado até o final do mês de maio/2022.

Em abril/2022, a PGFN manifestou seu entendimento de que seria necessário o ajuste dos termos da transação para que fosse fundamentada na condição de entidades de ensino filantrópica, o que foi efetivado em julho/2022.

Em agosto/2022, foi protocolada petição ajustando novamente o fluxo de pagamento da Proposta de Transação, bem como ajustar a indicação dos imóveis a serem vendidos para a realização das amortizações extraordinárias.

Em novembro/2022, foi protocolada nova petição incluindo débitos no fluxo de pagamento, indicando a utilização de depósitos judiciais específicos para pagamento dos valores de entrada do FGTS (inativo), eleger a forma de amortização de débitos e parcelas em decorrência de receitas extraordinárias, indicação a utilização de precatórios e recursos de imóveis específicos como forma de pagamento das parcelas, extensão de garantia a débitos de FGTS, além de requerer o levantamento de gravames de imóveis da Recuperação Judicial.

Em 16/11/2023, foi firmado termo de adesão ao PRT-E junto à Prefeitura de São Bernardo do Campo visando a regularização tributária.

Em 06/12/2023, foi finalizado o processo de assinatura por todas as procuradorias da Fazenda Nacional do instituto da transação fiscal, que possibilitou a regularização de débitos fiscais das instituições metodistas, incluindo-se os débitos de FGTS inscritos em dívida ativa.

Em 18/01/2024, a Procuradoria da Fazenda Nacional consolidou no sistema os débitos inseridos na Transação Fiscal realizada em dezembro/2023, e foi consolidada e deferida em 07/02/2024.

Em 19/01/2024, iniciaram-se os pagamentos da dívida tributária objeto da transação firmada com o município de São Bernardo do Campo/SP.

Em 15/02/2024, foi firmada a escritura de dação em pagamento dos imóveis de matrícula nº 54.807 a 54.815 e 88.425, comarca de São Bernardo do Campo/SP, para abatimento da dívida tributária transacionada com o município de São Bernardo do Campo/SP.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

Em 13/05/2024, ocorreu o leilão do imóvel de matrícula nº 91.851, comarca de Piracicaba/SP. O recurso é destinado a Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional. Em 28/06/2024 foi utilizado o recurso do leilão do imóvel para antecipação de parcelas.

Em 16/12/2024 foi arrematado o imóvel de matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, cuja destinação é para o pagamento da Transação Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional.

28. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial

Em 13/01/2025, iniciou-se o pagamento dos credores Classe IV no valor acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante a fluência do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de homologação do PRJ. Até março/2025 foram pagos 7 credores no total de R\$ 314.101,79. Os pagamentos que não foram realizadas são pertinentes aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na cláusula 4.7 do PRJ.

Em 27/02/2025, foi autorizada, pelo juízo, a realização do pagamento do saldo residual de FGTS diretamente na conta corrente cadastrada em favor de cada credor, desde que tenha efetivamente ocorrido a quitação das competências em aberto junto à conta vinculada da CEF, devendo ser observado os índices de correção monetária e juros aplicáveis aos créditos principais, bem como procederem em tais pagamentos, de forma separada dos créditos principais.

Em 13/03/2025, foi iniciado o pagamento para os credores que detêm direito ao recebimento do saldo residual de FGTS.

Os demais acontecimentos ao longo do ano de 2025, referem-se especificamente sobre pedidos para alienações de imóveis, além de outros credores promovendo habilitações de crédito retardatárias e solicitando informações sobre cumprimentos. O processo de recuperação judicial prossegue com os procedimentos inerentes.

Transação Fiscal

Em 31/01/2025, ocorreu antecipação de parcelas com o recurso da entrada do leilão do imóvel matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, arrematado em 16/12/2024.

Em 28/02/2025, ocorreu antecipação de parcelas com o recurso da 2ª parcela do leilão do imóvel matrícula nº 15.135/45.935/84.224/84.225, comarca de São Bernardo do Campo/SP, arrematado em 16/12/2024.

A dívida tributária transacionada com o município de São Bernardo do Campo/SP permanece sendo paga com regularidade.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)**

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

Em relação aos processos judiciais tributários da Rede Metodista, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e Diretoria Geral.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Ágata Pandolpho
Contadora
CRC 1SP218702/O-2

As demonstrações contábeis foram auditadas, com a emissão do parecer pela
SGS Auditores Associados S/S Ltda – CRC 2 SP 024.456/O-4.